



# Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

## NOTIFICAÇÃO DE ALERTAS

|                              |                                    |
|------------------------------|------------------------------------|
| <b>Processo TC</b>           | 4288/989/16                        |
| <b>Poder</b>                 | EXECUTIVO                          |
| <b>Município</b>             | Embu-Guaçu                         |
| <b>Entidade</b>              | PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU |
| <b>Período</b>               | 07/2016                            |
| <b>Relator</b>               | Dr. Antonio Roque Citadini         |
| <b>Unidade Fiscalizadora</b> | 07ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO      |
| <b>Responsável</b>           | CLODOALDO LEITE DA SILVA           |
| <b>Cargo</b>                 | PREFEITO                           |
| <b>CPF</b>                   | 138.467.618-00                     |
| <b>Período de Gestão</b>     | 01/01/2013 a 31/12/2016            |

Com base nas análises efetuadas sobre os dados relativos ao período em tela declarados a este Tribunal de Contas por força do disposto nas Instruções Nº 2/08, vimos por meio deste **alertá-lo(a)** a respeito das seguintes situações:

### ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

## 1 - Assunto de Fiscalização: LRF

### 1.1 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Alerte-se que, embora não tenha sido verificado acréscimo no percentual da despesa com pessoal no período ora analisado em relação ao apurado em junho/, o Poder em questão ultrapassou o limite legal estabelecido no artigo 20, inciso III, devendo, portanto, observar as vedações e os limites de recondução estabelecidos nos artigos 22 e 23 do citado diploma legal.

### 1.2 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Alerte-se que a situação de liquidez apresenta déficit no resultado do período atual e no projetado para o exercício revelando-se desfavorável frente ao adimplemento dos compromissos, comprometendo, por consequência, a execução orçamentária e liquidez financeira do período restante do presente exercício.

Por oportuno, esclarecemos que em virtude do apurado, deverão ser observadas as exigências contidas na legislação supra citada, a fim de evitar possíveis sanções de ordem administrativa e/ou penal.

**Data da Geração: 27/09/2016**

**Hora da Geração: 21:56:20**